

Novo Direito Processual

por Salomão Viana

Novo CPC

O que mudou?

aula 02

CPC-2015:

Art. 42. *As causas cíveis serão processadas e decididas pelo juiz nos limites de sua competência, ressalvado às partes o direito de instituir juízo arbitral, na forma da lei.*

CPC-2015:

Art. 3º *Não se excluirá da apreciação jurisdicional ameaça ou lesão a direito.*

§ 1º *É permitida a arbitragem, na forma da lei.*

CPC-2015:

Art. 43. *Determina-se a competência no momento do registro ou da distribuição da petição inicial, sendo irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente, salvo quando suprimirem órgão judiciário ou alterarem a competência absoluta.*

CPC-2015:

Art. 284. *Todos os processos estão sujeitos a registro, devendo ser distribuídos onde houver mais de um juiz.*

CPC-2015:

Art. 43. *Determina-se a competência no momento do registro ou da distribuição da petição inicial, sendo irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente, salvo quando suprimirem órgão judiciário ou alterarem a competência absoluta.*

CPC-2015:

Art. 44. *Obedecidos os limites estabelecidos pela Constituição Federal, a competência é determinada pelas normas previstas neste Código ou em legislação especial, pelas normas de organização judiciária e, ainda, no que couber, pelas constituições dos Estados.*

CPC-2015:

Art. 45. *Tramitando o processo perante outro juízo, os autos serão remetidos ao juízo federal competente se nele intervier a União, suas empresas públicas, entidades autárquicas e fundações, ou conselho de fiscalização de atividade profissional, na qualidade de parte ou de terceiro interveniente, exceto as ações:*

I - de recuperação judicial, falência, insolvência civil e acidente de trabalho;

II - sujeitas à justiça eleitoral e à justiça do trabalho.

§ 1º *Os autos não serão remetidos se houver pedido cuja apreciação seja de competência do juízo perante o qual foi proposta a ação.*

§ 2º *Na hipótese do § 1º, o juiz, ao não admitir a cumulação de pedidos em razão da incompetência para apreciar qualquer deles, não examinará o mérito daquele em que exista interesse da União, de suas entidades autárquicas ou de suas empresas públicas.*

§ 3º *O juízo federal restituirá os autos ao juízo estadual sem suscitar conflito se o ente federal cuja presença ensejou a remessa for excluído do processo.*

CPC-2015:

Art. 45. *Tramitando o processo perante outro juízo, os autos serão remetidos ao juízo federal competente se nele intervier a União, suas empresas públicas, entidades autárquicas e fundações, ou conselho de fiscalização de atividade profissional, na qualidade de parte ou de terceiro interveniente, exceto as ações:*

(...)

CPC-2015:

Art. 45. *Tramitando o processo perante outro juízo, os autos serão remetidos ao juízo federal competente se nele intervier a União, suas empresas públicas, entidades autárquicas e fundações, ou conselho de fiscalização de atividade profissional, na qualidade de parte ou de terceiro interveniente, exceto as ações:*

I - de recuperação judicial, falência, insolvência civil e acidente de trabalho;

II - sujeitas à justiça eleitoral e à justiça do trabalho.

(...)

CPC-2015:

Art. 45. *Tramitando o processo perante outro juízo, os autos serão remetidos ao juízo federal competente se nele intervier a União, suas empresas públicas, entidades autárquicas e fundações, ou conselho de fiscalização de atividade profissional, na qualidade de parte ou de terceiro interveniente, exceto as ações:*

I - de recuperação judicial, falência, insolvência civil e acidente de trabalho;

II - sujeitas à justiça eleitoral e à justiça do trabalho.

§ 1º *Os autos não serão remetidos se houver pedido cuja apreciação seja de competência do juízo perante o qual foi proposta a ação.*

§ 2º *Na hipótese do § 1º, o juiz, ao não admitir a cumulação de pedidos em razão da incompetência para apreciar qualquer deles, não examinará o mérito daquele em que exista interesse da União, de suas entidades autárquicas ou de suas empresas públicas.*

(...)

CPC-2015:

Art. 45. *Tramitando o processo perante outro juízo, os autos serão remetidos ao juízo federal competente se nele intervier a União, suas empresas públicas, entidades autárquicas e fundações, ou conselho de fiscalização de atividade profissional, na qualidade de parte ou de terceiro interveniente, exceto as ações:*

I - de recuperação judicial, falência, insolvência civil e acidente de trabalho;

II - sujeitas à justiça eleitoral e à justiça do trabalho.

§ 1º *Os autos não serão remetidos se houver pedido cuja apreciação seja de competência do juízo perante o qual foi proposta a ação.*

§ 2º *Na hipótese do § 1º, o juiz, ao não admitir a cumulação de pedidos em razão da incompetência para apreciar qualquer deles, não examinará o mérito daquele em que exista interesse da União, de suas entidades autárquicas ou de suas empresas públicas.*

§ 3º *O juízo federal restituirá os autos ao juízo estadual sem suscitar conflito se o ente federal cuja presença ensejou a remessa for excluído do processo.*

Súmula do STJ:

Enunciado n. 150. Compete à Justiça Federal decidir sobre a existência de interesses jurídico que justifique a presença, no processo, da União, suas autarquias ou empresas públicas.

Enunciado n. 224. Excluído do feito o ente federal, cuja presença levara o Juiz Estadual a declinar da competência, deve o Juiz Federal restituir os autos e não suscitar conflito.

Enunciado n. 254. A decisão do Juízo Federal que exclui da relação processual ente federal não pode ser reexaminada no Juízo Estadual.

CPC-2015:

Art. 46. *A ação fundada em direito pessoal ou em direito real sobre bens móveis será proposta, em regra, no foro de domicílio do réu.*

(...)

CPC-2015:

Art. 46. *A ação fundada em direito pessoal ou em direito real sobre bens móveis será proposta, em regra, no foro de domicílio do réu.*

§ 1º *Tendo mais de um domicílio, o réu será demandado no foro de qualquer deles.*

§ 2º *Sendo incerto ou desconhecido o domicílio do réu, ele poderá ser demandado onde for encontrado ou no foro de domicílio do autor.*

§ 3º *Quando o réu não tiver domicílio ou residência no Brasil, a ação será proposta no foro de domicílio do autor, e, se este também residir fora do Brasil, a ação será proposta em qualquer foro.*

§ 4º *Havendo 2 (dois) ou mais réus com diferentes domicílios, serão demandados no foro de qualquer deles, à escolha do autor.*

(...)

CPC-2015:

Art. 46. *A ação fundada em direito pessoal ou em direito real sobre bens móveis será proposta, em regra, no foro de domicílio do réu.*

(...)

§ 5º *A execução fiscal será proposta no foro de domicílio do réu, no de sua residência ou no do lugar onde for encontrado.*

CF:

Art. 109 (...)

§ 1º - As causas em que a União for autora serão aforadas na seção judiciária onde tiver domicílio a outra parte.

(...)

§ 3º - Serão processadas e julgadas na justiça estadual, no foro do domicílio dos segurados ou beneficiários, as causas em que forem parte instituição de previdência social e segurado, sempre que a comarca não seja sede de vara do juízo federal, e, se verificada essa condição, a lei poderá permitir que outras causas sejam também processadas e julgadas pela justiça estadual.

(...)

Lei n. 5.010/1966 – Organiza a Justiça Federal de primeira instância

Art. 15. Nas Comarcas do interior onde não funcionar Vara da Justiça Federal (artigo 12), os Juízes Estaduais são competentes para processar e julgar:

I - os executivos fiscais da União e de suas autarquias, ajuizados contra devedores domiciliados nas respectivas Comarcas;

(...)

Lei n. 13.043/2014 -

Art. 75. A revogação do inciso I do art. 15 da Lei n. 5.010, de 30 de maio de 1966, constante do inciso IX do art. 114 desta Lei, não alcança as execuções fiscais da União e de suas autarquias e fundações públicas ajuizadas na Justiça Estadual antes da vigência desta Lei.

Art. 114. Ficam revogados:

(...)

IX - o inciso I do art. 15 da Lei n. 5.010, de 30 de maio de 1966.

CPC-2015:

Art. 47. *Para as ações fundadas em direito real sobre imóveis é competente o foro de situação da coisa.*

§ 1º *O autor pode optar pelo foro de domicílio do réu ou pelo foro de eleição se o litígio não recair sobre direito de propriedade, vizinhança, servidão, divisão e demarcação de terras e de nunciação de obra nova.*

§ 2º *A ação possessória imobiliária será proposta no foro de situação da coisa, cujo juízo tem competência absoluta.*

CPC-2015:

Art. 48. *O foro de domicílio do autor da herança, no Brasil, é o competente para o inventário, a partilha, a arrecadação, o cumprimento de disposições de última vontade, a impugnação ou anulação de partilha extrajudicial e para todas as ações em que o espólio for réu, ainda que o óbito tenha ocorrido no estrangeiro.*

(...)

CPC-2015:

Art. 48. *O foro de domicílio do autor da herança, no Brasil, é o competente para o inventário, a partilha, a arrecadação, o cumprimento de disposições de última vontade, a impugnação ou anulação de partilha extrajudicial e para todas as ações em que o espólio for réu, ainda que o óbito tenha ocorrido no estrangeiro.*

Parágrafo único. *Se o autor da herança não possuía domicílio certo, é competente:*

I - o foro de situação dos bens imóveis;

II - havendo bens imóveis em foros diferentes, qualquer destes;

III - não havendo bens imóveis, o foro do local de qualquer dos bens do espólio.

CPC-2015:

Art. 49. *A ação em que o ausente for réu será proposta no foro de seu último domicílio, também competente para a arrecadação, o inventário, a partilha e o cumprimento de disposições testamentárias.*

CPC-2015:

Art. 50. *A ação em que o incapaz for réu será proposta no foro de domicílio de seu representante ou assistente.*

CPC-2015:

Art. 51. *É competente o foro de domicílio do réu para as causas em que seja autora a União.*

Parágrafo único. *Se a União for a demandada, a ação poderá ser proposta no foro de domicílio do autor, no de ocorrência do ato ou fato que originou a demanda, no de situação da coisa ou no Distrito Federal.*

CF:

Art. 109 (...)

§ 1º - *As causas em que a União for autora serão aforadas na seção judiciária onde tiver domicílio a outra parte.*

§ 2º - *As causas intentadas contra a União poderão ser aforadas na seção judiciária em que for domiciliado o autor, naquela onde houver ocorrido o ato ou fato que deu origem à demanda ou onde esteja situada a coisa, ou, ainda, no Distrito Federal.*

CPC-2015:

Art. 52. *É competente o foro de domicílio do réu para as causas em que seja autor Estado ou o Distrito Federal.*

Parágrafo único. *Se Estado ou o Distrito Federal for o demandado, a ação poderá ser proposta no foro de domicílio do autor, no de ocorrência do ato ou fato que originou a demanda, no de situação da coisa ou na capital do respectivo ente federado.*

CPC-2015:

Art. 53. *É competente o foro:*

I - para a ação de divórcio, separação, anulação de casamento e reconhecimento ou dissolução de união estável:

- a) de domicílio do guardião de filho incapaz;*
- b) do último domicílio do casal, caso não haja filho incapaz;*
- c) de domicílio do réu, se nenhuma das partes residir no antigo domicílio do casal;*

II - de domicílio ou residência do alimentando, para a ação em que se pedem alimentos;

III - do lugar:

- a) onde está a sede, para a ação em que for ré pessoa jurídica;*
- b) onde se acha agência ou sucursal, quanto às obrigações que a pessoa jurídica contraiu;*
- c) onde exerce suas atividades, para a ação em que for ré sociedade ou associação sem personalidade jurídica;*
- d) onde a obrigação deve ser satisfeita, para a ação em que se lhe exigir o cumprimento;*
- e) de residência do idoso, para a causa que verse sobre direito previsto no respectivo estatuto;*
- f) da sede da serventia notarial ou de registro, para a ação de reparação de dano por ato praticado em razão do ofício;*

IV - do lugar do ato ou fato para a ação:

- a) de reparação de dano;*
- b) em que for réu administrador ou gestor de negócios alheios;*

V - de domicílio do autor ou do local do fato, para a ação de reparação de dano sofrido em razão de delito ou acidente de veículos, inclusive aeronaves.

CPC-2015:

Art. 53. *É competente o foro:*

I - para a ação de divórcio, separação, anulação de casamento e reconhecimento ou dissolução de união estável:

a) de domicílio do guardião de filho incapaz;

b) do último domicílio do casal, caso não haja filho incapaz;

c) de domicílio do réu, se nenhuma das partes residir no antigo domicílio do casal;

(...)

CPC-2015:

Art. 53. *É competente o foro:*

(...)

II - de domicílio ou residência do alimentando, para a ação em que se pedem alimentos;

(...)

CPC-2015:

Art. 53. *É competente o foro:*

(...)

III - do lugar:

a) onde está a sede, para a ação em que for ré pessoa jurídica;

b) onde se acha agência ou sucursal, quanto às obrigações que a pessoa jurídica contraiu;

(...)

CPC-1973

Art. 100. *É competente o foro:*

IV - do lugar:

a) onde está a sede, para a ação em que for ré a pessoa jurídica;

b) onde se acha a agência ou sucursal, quanto às obrigações que ela contraiu;

CPC-2015:

Art. 53. *É competente o foro:*

(...)

III - do lugar:

(...)

c) onde exerce suas atividades, para a ação em que for ré sociedade ou associação sem personalidade jurídica;

(...)

CPC-2015:

Art. 53. *É competente o foro:*

(...)

III - do lugar:

d) onde a obrigação deve ser satisfeita, para a ação em que se lhe exigir o cumprimento;

(...)

CPC-2015:

Art. 53. *É competente o foro:*

(...)

III - do lugar:

(...)

e) de residência do idoso, para a causa que verse sobre direito previsto no respectivo estatuto;

(...)

Lei n. 10.741/2003 – Dispõe sobre o Estatuto do Idoso

Título V – Do Acesso à Justiça

Capítulo III - Da Proteção Judicial dos Interesses Difusos, Coletivos e Individuais Indisponíveis ou Homogêneos

Art. 80. *As ações previstas neste Capítulo serão propostas no foro do domicílio do idoso, cujo juízo terá competência absoluta para processar a causa, ressalvadas as competências da Justiça Federal e a competência originária dos Tribunais Superiores.*

CPC-2015:

Art. 53. *É competente o foro:*

(...)

III - do lugar:

(...)

f) da sede da serventia notarial ou de registro, para a ação de reparação de dano por ato praticado em razão do ofício;

(...)

CPC-2015:

Art. 53. *É competente o foro:*

(...)

IV - do lugar do ato ou fato para a ação:

a) de reparação de dano;

(...)

CPC-2015:

Art. 53. *É competente o foro:*

IV - do lugar do ato ou fato para a ação:

(...)

b) em que for réu administrador ou gestor de negócios alheios;

CPC-2015:

Art. 53. *É competente o foro:*

(...)

V - de domicílio do autor ou do local do fato, para a ação de reparação de dano sofrido em razão de delito ou acidente de veículos, inclusive aeronaves.